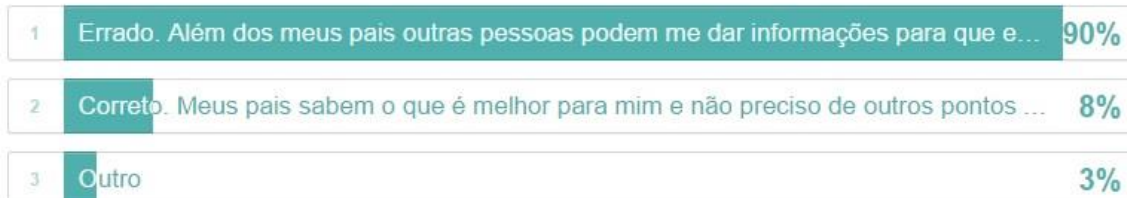


Texto I

Um artigo diz que a escola “respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções”. Em sua opinião isso é:



<https://queronaescola.files.wordpress.com/2016/10/escola-sem-partido-2.jpg>

Texto II

O Programa Escola sem Partido, ou apenas Escola sem Partido, é um movimento político criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Ele e os defensores do movimento afirmam representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. O programa ganhou notoriedade em 2015, desde que projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas do país, bem como no Congresso Nacional. Segundo Nagib, o Escola sem Partido consiste em afixar nas escolas um cartaz com uma lista por ele chamada de “deveres do professor”. O advogado afirma ainda que “esses deveres já existem” e que o objetivo é “apenas levá-los ao conhecimento dos alunos, para que eles mesmos possam se defender contra eventuais abusos praticados por seus professores, já que, dentro da sala de aula, ninguém mais poderá fazer isso por eles.”

https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_sem_Partido

Texto III

ÉPOCA: Por que, em sua opinião, a lei proposta pelo programa Escola sem Partido não deve ser aprovada?

FERNANDO DE ARAÚJO PENNA: Para interpretar o programa Escola sem Partido, não basta ler o Projeto de Lei. É necessário conhecer o que está por trás dele. (...) Na rede social, eles indicam a leitura de uma “bibliografia politicamente incorreta”. Um dos livros sugeridos chama-se Professor não é educador, que faz uma dissociação entre o ato de educar, que seria responsabilidade da família, e o ato de instruir, que caberia ao professor. Ou seja, a escola deveria se limitar a transmitir conhecimento, sem discutir valores ou a realidade dos alunos. Isso é um absurdo. Dialogar com a realidade do aluno é uma das principais estratégias para tornar o ensino das disciplinas significativo para ele. A meta do programa é proibir a doutrinação em sala de aula. A definição do que chamam de doutrinação pode ser encontrada no site do programa, no setor “Flagrando o doutrinador”. Lá, existe uma lista de atividades em que os alunos devem ficar atentos para identificar o professor que adota essa conduta. “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional”, diz um dos itens. É como se o objeto da disciplina pudesse ser dissociado de tudo o que acontece na comunidade, no mundo.

<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/o-escola-sem-partido-e-tendencioso-e-inconstitucional.html>

Texto IV

Se aprovado o Projeto de Lei Escola sem Partido, um cartaz, contendo os DEVERES DO PROFESSOR, obrigatoriamente será afixado em todas as salas de aula:

DEVERES DO PROFESSOR

I - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária.



II - O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

IV - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa — isto é, com a mesma profundidade e seriedade —, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

V - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

VI - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

<http://escolasempartido.org/component/content/article/2-uncategorised/485-anteprojeto-de-lei-municipal-e-minuta-de-justificativa>.

Texto V

Constituição Federal de 1988

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

(...)

V - valorização dos profissionais da educação escolar (...);

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

(...)

http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf

PROPOSTA DE REDAÇÃO: Com base nas ideias presentes nos textos de apoio e valendo-se tanto de outras informações que você julgue pertinentes quanto dos dados de sua própria observação da realidade, redija uma dissertação em prosa, na qual você exponha o seu ponto de vista sobre o tema:

“A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI E O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO.”

Instruções:

- ✓ A dissertação deve ser redigida de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.
- ✓ Escreva, no mínimo, 20 linhas, com letra legível. Não ultrapasse o espaço de 30 linhas da folha de redação.
- ✓ Dê um título à redação.

